

ENTRE A ELITE E A TECNOCRACIA: OU A “POLÍTICA” CONTRA O POVO

Resenha dos livros *O ódio à democracia*, de Jacques Rancière (Boitempo, 2014) e *A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas do poder* de Ulrich Beck (Paz e Terra, 2015).

Ronaldo Tadeu¹

Nota Introdutória

No contexto da presente contestação das democracias representativas por todo o mundo, desde países na América Latina como o Brasil e Argentina, passando pelos Estados Unidos após a crise econômica do subprime até a Europa do *euro*, dois intelectuais europeus intervêm no debate intelectual, acadêmico e político com ensaios que procuram mobilizar termos e conceitos de suas respectivas áreas de ensino e pesquisa para propor reflexões críticas acerca da democracia em partícula, e da política em geral. São eles o filósofo francês Jacques Rancière e o sociólogo alemão Ulrich Beck. Os dois autores são conhecidos de nossas ciências sociais e filosofia com trabalhos importantes já traduzidos para o português como *O desentendimento* (ed. 34) no caso de Rancière e *Sociedade de risco* (ed. 34) e *Modernidade reflexiva* (ed. Unesp) no caso de Beck, este último com Anthony Giddens e Scott Lash.

Jacques Rancière é um dos mais marcantes intelectuais franceses na atualidade. Discípulo do filósofo Louis Althusser e coautor de *Ler O capital* de 1965, Rancière transita com desenvoltura e erudição pela filosofia política e as artes, a história da classe operária francesa e o cinema. No livro que eu analiso abaixo ele trata de temas como a relação entre a democracia contemporânea e o governo virtuoso, a república aristocrática e o totalitarismo, a elite política e econômica e a história das ideias. Em

¹ Mestre em Política pela PUC-SP, doutorando na área de Teoria Política no Departamento de Ciência Política da USP.

2000 Rancière se aposentou da *Universidade de Paris 8*. Quanto a Ulrich Beck, sua formação se deu na Alemanha do pós-ssegunda guerra na *Universidade de Munique*. Ali Beck concentrou seus estudos em sociologia, filosofia e ciência política. Mas a especialização dele foi a sociologia – com sua agenda de pesquisa voltada para a globalização, as transformações do mundo do trabalho e o processo da modernização. No ensaio que também analiso abaixo, Ulrich Beck trata da política tecnocrática do governo Angela Merkel para a crise europeia. Ulrich Beck faleceu em janeiro de 2015 após passar por Portugal em 2014 para tratar da Europa em crise. A seguir apresento os dois livros de modo a focar as noções de *ódio à democracia, povo apaixonado e individualidade* Rancière e do conceito de *elite tecnocrática* de Beck no contexto da crise do euro. Seja na figura do povo com desejos individuais extremados e contra a ordem, seja na figura da elite econômica tecnocrática e sua expertise: o que está em jogo na interpretação crítica do filósofo francês e do sociólogo alemão é a presença do povo na política que incomoda os poderes vigentes.

*

Desde que Platão escreveu sua filosofia política o ocidente compreendeu que a política deveria ser uma atividade para os melhores em todos os aspectos da vida – melhores na virtude, no conhecimento, na sabedoria, na prudência e no nascimento (WOLF, 1983; WOOD, 2003). Somente aqueles que possuísem tais atributos é que poderiam se apropriar da política e governar as sociedades humanas. Isto quer dizer que a política não deveria ser apropriada pelo povo: a maioria sobre o qual a própria política se voltaria. Se do ponto de vista da filosofia política essa questão alcançava quase que a plena concordância, do ponto de vista da história efetiva, tentativas se sucederam na construção de espaços políticos que negassem a afirmação platônica. Existiram experiências as mais variadas. Pode-se dizer que os três últimos séculos foram caracterizados pela busca de fazer com que o povo se apropriasse da política e se transformasse em seu fundamento de autoridade (KALYVAS, 2013).

Seja na *Revolução Americana de 1776*, na *Revolução Francesa de 1789* e as diversas lutas sociais e políticas (*1848* e a *Comuna de 1871*) que atravessaram a França no século XIX ou ainda nas experiências políticas e sociais de inovação da política ao

longo do século XX: tentativas se avolumaram na esperança de que a democracia efetiva e o povo fossem os protagonistas da vida política. Assim pensou-se no século passado (e criaram-se instituições para isto) na perspectiva de resolver os problemas mais significativos da política e da convivência social. No início do século XXI as experiências que tentaram ser alternativas à ciência política platônica estão sendo solapadas. Este é o tema de dois livros publicados recentemente; são eles *O ódio à democracia* do filósofo e ensaísta francês Jacques Rancière e *A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder* do sociólogo alemão Ulrich Beck, publicados respectivamente no fim de 2014 e em 2015. Vejamos o que estes escritos de intervenção no debate público nos dizem e como podem contribuir para o debate e a pesquisa acadêmica.

Jacques Rancière traça a genealogia do ódio à democracia. Mas o que significa ódio à democracia nos termos de Rancière? Ora antes de tudo que se possa afirmar acerca desta assertiva, ela nos pretende dizer que a relação entre o povo e a “política” deve ser interrompida de imediato sob o risco de as próprias instituições e o próprio governo democrático terminarem em desgoverno, irracionalismo e violência incontrollável. O que os críticos da democracia afirma de a muito é que os “desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna” (RANCIÈRE, 2014, p. 8) estão ameaçando o governo democrático. Pois as manifestações recentes do homem do povo em seu cotidiano social pode comprometer a ordem democrática: “reality show, o casamento homossexual, e a reprodução artificial” (Idem, p. 7 e 8) são questões da atualidade que sobrecarregam a política democrática de acordo com filósofos, sociólogos, psicanalistas, cientistas políticos, jornalistas e escritores (Idem). Com efeito, *O ódio à democracia* está chamando a atenção para um dos aspectos mais característicos da política contemporânea: de como os críticos da democracia estão, ansiosamente, preocupados com as estruturas sentimentais do homem comum. Para eles estas representam a “desordem das paixões ávidas de satisfação” (Idem, p. 14). Os críticos nos diz Rancière ainda neste ponto, entendem que a virtude do governo democrático está em restringir e controlar as manifestações apaixonadas da vida social democrática (Idem, p. 16). É assim que no início do século XXI podemos ter

instituições e governos democráticos – sob a condição de se negar toda forma de vida e experiência sociais democráticas.

Além deste diagnóstico dos críticos (de elite) sobre o excesso das paixões democráticas a genealogia traçada por Jacques Rancière em *O ódio à democracia* nos apresenta também a genealogia do prisma da *história das ideias políticas*. Aqui o conceito de totalitarismo é mobilizado pelos que temem o desejo de saciedade do homem do povo. Mas há elementos analíticos singulares na mobilização do conceito de totalitarismo observa Rancière. Inverte-se o registro interpretativo, por assim dizer: se anteriormente “os partidários da democracia liberal” (Idem, p. 23) chamavam de totalitarismo a ausência mesma da democracia dada a expansão do Estado, agora é a democracia em excesso que se transfigura em totalitarismo (Idem, p. 24). Os teóricos políticos franceses que propuseram a “revisão da herança revolucionária” de 1789 são responsáveis pela inversão da democracia em totalitarismo. François Furet valendo-se das análises de Claude Lefort e, sobretudo de August Cochin identificou no processo revolucionário, quer dizer, na revolução democrática como essência da “participação” direta do povo na política o terror totalitário – a vontade do homem comum por igualdade é a força que motiva a fúria cega das religiões coletivas. Articula-se com isto; as formulações mais específicas de Cochin a respeito da *revolução individualista* que compromete as ordens políticas e sociais como fundamento da estabilidade estatal. Em outras palavras, as do próprio Rancière, estes teóricos políticos franceses denunciaram que a “revolução individualista [acaba que] rompendo o corpo social” (RANCIÈRE, 2014, p. 27). As expressões sociais, culturais e psicológicas da revolução individualista são a cotidianidade mesma do homem comum (democrático): o consumidor que exige medicamentos indiferentes do Estado, o sindicalista que obriga o Estado providência a cumprir sua metas legais, o aluno que vai à escola como a um supermercado, ou ainda a feminista e o grupos étnicos que desejam a implementação de cotas (Idem, p. 29). Com efeito, todos estes movimentos que outrora significavam a democracia vitoriosa – transformaram-se em peças da máquina política e intelectual que sustenta o ódio à democracia.

Jacques Rancière continua sua abordagem genealógica ao ódio à democracia tratando de dois temas fundamentais de nosso tempo político: a noção de que o homem

comum necessita ser conduzido por um pastor e os regimes políticos estruturados em torno da *República* e da *representação* (o *governo representativo*). Se, por um lado as críticas à democracia vitoriosa que passou a democracia criminosa tem sua origem teórica na filosofia política francesa; por outro a preocupação com a ausência do pastor que conduz o rebanho é buscada na ciência política de Platão. É no *Político* e nas *Leis* que o ódio à política democrática do homem comum com seus desejos extremos e excessivos de saciedade vai buscar as referências interpretativas para o problema do pastor perdido. Assim, “o pastor divino governava diretamente o rebanho humano” (Idem, p. 48), pois essa afirmação de Platão no *Político* tinha como contraponto a noção platônica de que nenhum homem comanda a outro isento do risco de desmedida e excesso de suas atribuições governativas. Mas Platão vivendo entre os homens, e os homens de seu tempo (que exigiam democracia na condução e administração da cidade), sabia perfeitamente dos limites de sua fábula – de modo que a esta ele justapôs outra. Dado que o pastor divino (do reino de Cronos) tenderia a desaparecer em sua própria fabulação, Platão, nos mostra Rancière, deu vida a uma “bela mentira”: na iminência de desaparecimento de pastor divino que conduz o rebanho a ordem natural transcendente criou gradações político-sociais em que no cume estariam os governantes com ouro na alma, na posição intermediária os guerreiros de prata e no ponto mais baixo os artesãos e sua natureza de bronze. Ora o que a ciência política de Platão está nos dizendo, afirma *O ódio à democracia*, é que o bom governo– o governo da virtude porque conduzido e “administrado” pela alma de ouro dos governantes, está em oposição ao governo democrático. Mais do que isto: na ausência do regime político composto por governantes com alma de ouro a “sociedade democrática” e seu “indivíduo egoísta” ficam incontrolláveis colocando em risco o ordenamento da “comunidade” (RANCIÈRE, 2014, p. 50). Esta crítica de Platão à democracia do povo, ou simplesmente ao povo como possibilidade de ser sujeito da política permanece até os dias de hoje. Isto fica mais claro quando adentramos nos últimos dois capítulos do livro.

Ali Jacques Rancière trata particularmente da forma institucional da “política” contra o povo. *República* e *representação* são as configurações estruturais que adquirem a filosofia política francesa e a ciência política de Platão. O núcleo substantivo da argumentação de Rancière neste ponto do ensaio é a interpretação da democracia direta

vis-à-vis a democracia representativa e o governo republicano (Idem, p. 68). De modo que a democracia direta (associada sempre com o povo egoísta e apaixonado) é lida pela cultura do ódio à democracia como extemporânea e utópica; é assim porque em “nossas vastas nações e sociedades modernas somente a democracia representativa convém” (Idem). Mas é a busca por um consentimento superior que fundamenta e legitima o governo representativo nos diz nosso autor. A ambição dos governos representativos é evitar que o povo arruíne, com seus excessos e seu caráter irascível, “o próprio princípio do governo” (Idem, p. 70): é por isso que a elite selecionada na estrutura oligárquica das eleições deve exercer o governo efetivamente. É que “a representação”, sempre foi desde “sua origem, o exato oposto da democracia” (Idem). E tanto os “Pais Fundadores” como “Raymond Aron” (Idem, p. 70 e p. 71) sabiam disso: que a eleição como mecanismo de formação do governo representativo por oposição à democracia direta (do povo irascível) é em essência oligárquica. E mais: Jacques Rancière articula os fundamentos oligárquicos e elitistas do governo representativo à tradição republicana. De passagem importa afirmar que esta é uma das forças teóricas de *O ódio à democracia*; a capacidade de articular filosofias e temas de tempos históricos e políticos distintos entre si, bem como estes com dinâmica da política contemporânea e sua conformação peculiar. No tratamento da tradição republicana é a ciência política de Platão que volta à cena política e intelectual.

A ideia de *República* como elemento que compõe o quadro político e intelectual do ódio à democracia do povo “remonta propriamente à politeia platônica” (RANCIÈRE, 2014, p. 81). Nesta a distribuição dos lugares políticos e sociais assevera Rancière obedece à igualdade geométrica: a lei escrita e igualmente válida para todos na não ocupa lugar aqui, pois são a educação e a virtude natural que colocam as pessoas em seus próprios lugares. Assim pela educação e a virtude os que valem mais estão acima dos que não possuem educação e virtude natural e por isso estão localizados abaixo na gradação geométrica da politeia platônica. A democracia do excesso é a possibilidade mesma de esgarçamento da ordem geométrica e homogênea do governo republicano de Platão. Com efeito, o ódio à democracia significa a tentativa de restaurar o governo da elite educada e virtuosa; a tentativa de restaurar a ideia de república bem ordenada.

O ensaio de Jacques Rancière termina, justamente, no momento em que começaria a abordagem sobre o desdobramento do ódio à democracia e do povo – ele termina na crítica ao Estado dos especialistas que despolitizam as questões públicas e sociais por entenderem a ignorância compulsiva e desregrada do povo. É que o Estado oligárquico dos especialistas – que quer romper a resistência na defesa dos “sistemas de proteção e previdência sociais” (Idem, p. 102) por se autointitular conhecedora das leis do mercado já que são educados na “matemática acadêmica” – quer “governar sem o povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política” (Idem). Mas aqui Jacques Rancière precisa se despedir de seu leitor; este deve passar à leitura de *A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas do poder* de Ulrich Beck.

O complemento que proporciona o livro de Beck ao ensaio política de Jacques Rancière deve-se ao registro estilístico em que se coloca *A Europa alemã...* Enquanto que *O ódio à democracia* nos apresenta a genealogia das ideias sobre a aversão ao povo como sujeito da política, *A Europa alemã...* nos traz os eventos brutos da antipatia à democracia: relata-nos, por meio de farto material jornalístico sistematizado e comentado com competência por Ulrich Beck, o comportamento da elite tecnocrática que apropriou-se do poder. Para ofertar resoluções sobre a crise européia que irrompeu no continente após 2008. Mas o que Beck nos mostra é de como as propostas da tecnocracia de encerrar a crise do euro estão menos preocupada sem reconstruir os padrões de convivência dos europeus (bem-estar social, justiça distributiva, universalismo cultural e solidariedade com o outro) do que em impor programas de *ajuste financeiro* desenhados por elites que nunca responderam e não respondem ao povo – os principais interessados na reconstrução política e econômica do euro. Dessa forma, a elite tecnocrática apresenta e impõe à Europa “uma política que salva bancos com quantias inimagináveis ao mesmo tempo em que joga no ralo o futuro das novas gerações” (BECK, 2015, p. 24). Mas vejamos mais de perto as contribuições de *A Europa alemã...* para um diagnóstico do tempo presente.

Ulrich Beck utiliza dois registros analíticos em sua compreensão da crise do euro e de como a elite tecnocrática procura resolvê-la, a saber: 1) a administração terapêutica do temor à catástrofe e 2) o posicionamento hegemônico e estratégico da Alemanha de Ângela Merkel. No primeiro registro Beck argumenta que os especialistas em economia

apresentam à opinião pública e aos políticos “democraticamente” eleitos propostas que não são passíveis de discussão (Idem, p. 35), pois de acordo com estes especialistas em programas “abstratos de ciência econômica” (Idem, p. 37) não haveria alternativa outra que não uma política de ajuste das finanças públicas (e sociais) dos Estados europeus. Assim, *A Europa alemã...* nos diz que mais do que catástrofe – temos a rigor uma “retórica da catástrofe” (Idem, p. 47) produzida pelos arquitetos da Europa em crise. De modo que estes especialistas nos fazem “topar com o futuro do pretérito catastrófico que forma o quadro interpretativo deste ensaio” (Idem, p. 48). Ora o que Ulrich Beck está nos chamando a atenção em seu livro é que a retórica da catástrofe significa dentre outras coisas a administração das expectativas das sociedades democráticas; o que ela visa no fundo é “a consciência pública, as bases da sociedade e da política” (Idem, p. 50) para a legitimação da elite tecnocrática ou econômica. Com efeito, nesta chave analítica o livro de Beck procura transmitir a seus leitores que a retórica da ameaça catastrófica é sempre “uma retórica do poder [...] o discurso da ameaça do fim da Europa nos [põem] diante da pergunta: quanta democracia a catástrofe ameaçadora ainda nos permite?” (Idem, p. 54). É esta pergunta que sustenta as reações tecnocráticas contra a democracia e a presença no povo nela.

Se por um lado Ulrich Beck descreve a disseminação na Europa da retórica da catástrofe pela elite tecnocrática como discurso de legitimação da oposição à democracia do povo (sem uma crítica à imperícia dessa nenhuma reforma, nenhum ajuste é possível); por outro o ator europeu mais importante neste cenário político e intelectual, sem dúvida, é a Alemanha de Angela Merkel. A Alemanha tem posição predominante “na UE” (BECK, 2015, p. 77), de sorte que sob sua liderança está ocorrendo a predominância da vontade da elite tecnocrática (e seus planos de ajuste financeiro em detrimento da democracia – em detrimento da vontade popular. Na figura de “Angela Merkel uma espécie de rainha não coroada da Europa” (Idem, 80) a Alemanha representa riqueza estável e o poder responsável (Idem, p. 82), e isso lhe obriga, de acordo com seus líderes, a ter uma atitude pautada pela racionalidade técnica de seus ministros das finanças. Assim, o problema para a Europa, nos diz Ulrich Beck, é que o principal ator do continente dado seu posicionamento hegemônico: escolhe, orientado pela elite tecnocrática, ora ser ativo e decisionista ora ser passivo “em sua

hesitação”. Pode-se dizer, que o principal fundamento “da política de austeridade alemã [imposta pelas] elites na política, na economia e na mídia (Idem, p. 96) é definir com arrogância quais devem ser “os interesses nacionais de outras democracias europeias”(Idem, p. 97) – e do povo que as constitui. Nas palavras de Ulrich Beck:

A suposta obrigatoriedade da política de austeridade econômica prescrita pela Alemanha fez com que a norma da participação caísse por terra, sendo substituída com frequência cada vez maior por formas de dependência hierárquica [...] a concessão de créditos é vinculada a rígidas condições de reforma orçamentária e os respectivos controles, levando à derrocada social de regiões inteiras [...] (Idem, p.100 e p. 101).

A leitura em conjunto dos dois livros ora apresentados, além do prazer da leitura em si mesmo já que são ensaios escritos no melhor da tradição e erudição da teoria social continental, nos permite dois movimentos intelectuais: primeiro tornar mais denso nosso quadro de pesquisas em ciências sociais orientadas para a crítica do social - esta uma tradição que ganhou corpo teórico e metodológico de há muito entre nós. O segundo é contribuir para nossa compreensão política do que está em jogo nas sociedades em crise. *O ódio à democracia* de Jacques Rancière e *A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas do poder* de Ulrich Beck são momentos teóricos, intelectuais e políticos de resistência das democracias e do seu principal sujeito: o povo.

Recebido em Novembro de 2015

Aceito em Maio de 2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KALYVAS, Andreas. “Democracia constituinte”. Revista Lua Nova, nº 89, p. 37-84, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOLFF, Francis. “Filosofia grega e democracia”. Revista Discurso, nº 14, p. 7-48, 1983.

WOOD, Ellen. Democracia contra o capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2003.